

## O eloquente caso do dr. Li Wenliang

A presente pandemia tem sido uma oportunidade para interpretações de teor totalizante e catastrófico. Algumas são formas simplistas da exclamação: “é a mãe-natureza que se revolta contra os maus tratos que o homem lhe inflige!”, enquanto outras, conceptualmente mais sofisticadas, se assumem como filosofias do fim de uma certa (a nossa) concepção do humano e o anúncio de algo radicalmente novo que há de vir. Uma outra e radicalmente diferente forma de vida pós-pandémica vai surgir. Por exemplo, nas palavras, do filósofo Slavoj Žižek, “...não devemos perder muito tempo em meditações espirituais *new age* sobre como é que ‘a crise do vírus nos permitirá compreender o que são realmente nossas vidas’”, etc.. A verdadeira questão será: que forma social substituirá a ordem liberal-capitalista do Novo Mundo?”<sup>1</sup>. Nos antípodas das interpretações catastrofistas, estão aqueles que pensam que a pandemia vem afinal mostrar que as entidades que verdadeiramente existem, seja num plano político, seja num plano ontológico, são as identidades locais, nacionais ou comunitárias. Neste sentido quaisquer entidades supra-nacionais são pseudo-ontologias que se desmoronam, logo que assoladas por uma crise como a actual. Tais propostas são, a meu ver erradas e abundantemente infirmadas empiricamente, no entanto este texto não vai discutir tais filosofias, mas apenas as primeiras.

A meu ver aquelas interpretações falham num aspecto essencial: a *incompreensão da acção humana e da sua dimensão ético-política*. O presente texto argumenta a favor da irreduzibilidade dessa dimensão. Uma grande diversidade de intervenientes, quer nos *media*, quer nos meios académicos sublinham o aspecto catastrófico da pandemia no contexto de uma fase especialmente dramática da evolução do tecno-capitalismo na sua era pós-industrial, em que os fluxos financeiros, comunicacionais e cognitivos ocorrem global e instantaneamente. A principal diferença em relação a outras catástrofes recentes, como os desastres nucleares de Chernobil e de Fukushima, reside

---

<sup>1</sup> S. Žižek, *O encontro em Samarra: novos usos para velhas piadas*, O Público, 21 de Abril. Este filósofo-estrela é autor do primeiro livro filosófico sobre a pandemia: *Pandemic: Covid-19 Shakes the World*, OR Books, 2020.

precisamente no seu duplo carácter natural e global, ou seja no facto do agente catastrófico ser um vírus e na circunstância da sua propagação pandémica só ser possível num mundo que se tornou infinitamente pequeno por efeito da revolução digital. Tudo se liga a tudo, sob a forma de uma presença “digital” imediata e global. Presença tão imediata e global como aquela que é experimentada por um conjunto de pessoas que, separadas por milhares de quilómetros, participam numa conferência em plataforma electrónica.

Para tais interpretações e do ponto de vista de uma filosofia da história, a presente crise deve ser entendida como um momento do desenvolvimento da era do tecno-capitalismo, na sua forma mais avançada, dominada pelo digital e pela inteligência artificial. De algum modo aquilo que experimentamos agora é, afinal, a aceleração de uma viagem sem retorno e sem outro significado que não seja a perda irremediável da experiência individual, local ou mesmo comunitária. Essa é também a ilusória experiência de um sujeito autónomo que a pandemia apaga de vez. Somos Ulisses, perdidos numa viagem sem mapa, mas com a diferença essencial que agora somos incapazes de regressar a uma real ou sequer imaginada origem de que tenhamos memória.

Esta interpretação filosófica da natureza da pandemia, como última expressão do tecno-capitalismo tem as suas raízes e inspiração mais ou menos explícitas em figuras dominantes e muito diferentes da filosofia do século passado como Heidegger, Adorno ou Horkheimer<sup>2</sup>. Une-os uma mesma motivação de esvaziamento da categoria de *indivíduo* e de subjectividade, assim como a qualificação da modernidade (no sentido da *Neuzeit* europeia) como época instauradora do domínio totalitário da mente e do corpo, por meio da ciência moderna de base tecnológica. A ideia central, quer daqueles filósofos do freudo-marxismo, quer de Heidegger, é que algures, num momento imperscrutável da história, a humanidade “esqueceu-se” do que valia a pena pensar (é famosa a afirmação de Heidegger que “a ciência não pensa”) e do que seria uma forma de vida verdadeiramente autêntica. A crença destes autores numa natureza

---

<sup>2</sup> A filosofia catastrofista dificilmente terá qualquer apoio no marxismo, entendido como filosofia da história com um agente histórico revolucionário, a classe trabalhadora. O marxismo também não critica a modernidade como época instauradora de um totalitarismo manipulador da mente e da natureza. Esta é, claro, mais uma temática a aprofundar e que passa, aliás, pela convocação de Hegel.

ou autenticidade perdidas implica o pressuposto que vivemos como sujeitos que se viram para si mesmos e se representam como sujeitos absolutos. Porém, num movimento aparentemente contraditório, esse mesmo indivíduo faz da natureza externa um objecto essencialmente manipulável. Tal convicção exprime-se, por exemplo, na passagem da *Dialéctica Negativa* de Adorno: “Com a negação da natureza no interior dos seres humanos, não apenas o *telos* do domínio da natureza se torna externo, mas o *telos* da própria vida se torna confuso e opaco”. Em Heidegger, talvez o filósofo mais influente em largos sectores da academia e fora desta, a filosofia de apagamento da subjectividade adquire tons quase místicos. Sobretudo na sua obra após a segunda guerra, a história do ocidente é fundamentalmente um processo de esquecimento do Ser, processo cujo início Heidegger identifica com o pensamento socrático. Este, ao entender o pensamento como mero exercício lógico, terá perdido inelutavelmente a força irrecuperável dos principais dos mais antigos filósofos pré-socráticos. A partir desse acontecimento radical e revolucionário (o nascimento lógico-racional de Sócrates/Platão) tudo se perde: a essência do pensar, da linguagem e da acção. O nosso tempo é aquele que encerra o maior dos perigos e aquilo que o homem pode almejar será, quando muito, “escutar” o Ser na linguagem dos poetas. Como fica bem explícito naquela que é a obra que melhor introduz à filosofia do Heidegger do pós-guerra, a *Carta Sobre o Humanismo* (1946), o pensar e a linguagem que nos devolvem ao Ser são algo essencialmente diferente do humanismo, da lógica, dos valores ou de Deus (*CH*, ed. bilingue, Paris: Aubier, 1964, pp. 121-2).

Deve acrescentar-se um outro elemento a este tipo de crítica radical da era da técnica moderna, e das categorias do *indivíduo* e da *subjectividade*. Refiro-me à característica *catastrófica* da nossa história. De facto, indissociável das filosofias brevemente descritas acima, encontra-se mais ou menos explicitamente a categoria do catastrófico. Tal categoria, e não a de progresso, é mesmo aquilo que, para um filósofo como Walter Benjamin, define o passado e identifica o presente. Para este, o novo filósofo-historiador deve poder descrever *de novo* (e, sem dúvida, no sentido oposto à noção de progresso) a nossa história, agora que esse elemento aparece tão claro e devastador. Se o presente texto permitisse, seria apropriado introduzir aqui uma descrição da filosofia de Walter Benjamin e da sua compreensão da essência

catastrófica da história (ver *Sobre o Conceito de História*, escrito em 1940), na linha do messianismo judaico. Por agora gostaria apenas de me fixar nas principais características das filosofias que fundaram, na segunda metade do século XX, a interpretação da era moderna: a provocação da natureza tornada objecto pelo sujeito ilusoriamente livre e autónomo, a compreensão da nossa época como concentração de todos os perigos e a impossibilidade do retorno a um princípio mais autêntico, mas irremediavelmente perdido. O meu argumento é que as interpretações totalizantes e catastróficas da crise pandémica se alimentam e têm as suas raízes nos autores e nas filosofias referidas, falhando por completo uma explicação racional da origem da pandemia.

À teoria catastrofista e à filosofia da história que a sustenta não interessa seguir a sequência dos factos que estiveram realmente na origem da pandemia, de tal modo que esta funciona mais como uma boa oportunidade para confirmar aquilo que a teoria já dá como demonstrado. O que se passou foi que, no princípio de Dezembro, num hospital de Wuhan, cidade chinesa onde teve início o surto da covid-19, o dr. Li Wenliang colocou num chat um alerta a colegas sobre o aparecimento de um vírus desconhecido<sup>3</sup>. Alguns doentes mostravam sintomas parecidos com epidemia do vírus da Sars, mas tratava-se de um novo coronavírus. O dr. Li foi imediatamente censurado e preso pelas autoridades por propagar “falsas notícias” e forçado a assinar um documento em que admitia ter rompido seriamente a ordem social e violado a lei. Uma semana depois o dr. Li, de 34 anos, desenvolveu sintomas da doença e acabou por morrer no princípio de Fevereiro. A sua morte chocou parte da população chinesa, sobretudo aquela que tem acesso a *alguma* internet. Desta vez o perturbador da ordem social, não tinha simplesmente “desaparecido”. Tivesse sido reconhecido como válido o seu alerta, com as consequentes medidas profiláticas e de estrito confinamento, tomadas só algumas semanas mais tarde, é de supor que o novo vírus não teria provocado mais do que uma epidemia localizada e controlável, muito menos uma pandemia. A comunidade internacional de estados democráticos não deverá deixar de reagir com veemência ao facto da propagação do vírus ter tido origem num acto

---

<sup>3</sup> Ver, p. ex. no jornal *The Guardian*:  
<https://www.theguardian.com/world/2020/mar/20/chinese-inquiry-exonerates-coronavirus-w-histleblower-doctor-li-wenliang>

repressivo de uma ditadura que é hoje a primeira ou segunda potência digital do mundo.

O caso do dr. Li é eloquente a vários títulos, mas de um ponto vista filosófico é fundamental realçar que foi a negação do direito à comunicação e à verdade que se encontra na origem de um processo com tão nefastas consequências. Torna-se pois evidente a *relação intrínseca entre pandemia e a violação de direitos fundamentais*. Esta associação é válida para grande parte de perigos locais ou globais passados ou futuros. Pensemos no maior deles todos, a mudança climática, consequência do aquecimento global. Mais uma vez é a acção humana, na sua dimensão ética e política que está na sua origem. Por exemplo, como é eticamente inaceitável a acção daqueles líderes que negam a evidência científica da radical alteração climática, com plena consciência que ela existe como perigo planetário.

Sem dúvida, a nossa era digital e a globalização da economia e da informação colocam à humanidade novos problemas e é indiscutível que a nossa forma de vida pós-pandemia vai modificar-se em muitos aspectos, embora nem todos forçosamente negativos. De qualquer modo, como mostra o caso do dr. Li, cabe à filosofia a tarefa singular de identificar a característica ético-política da acção humana que subjaz frequentemente àquilo que experimentamos como inexplicável ou catastrófico.

António Marques

Lisboa, 30 de Abril 2020